

## A SOCIOLINGUÍSTICA COMO APOIO AO MULTILETRAMENTO NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA À LUZ DA BNCC

Maria Isabela Vieira Nunes da Silva  
Profa. Dra. Élide Jacomini Nunes

Apoio: PIVIC Mackenzie

### RESUMO

Além de garantir a habilidade de leitura e escrita como um direito de todo indivíduo, as competências da disciplina de língua portuguesa da Base Nacional Comum Curricular (2018) determinam levar o aluno a compreender, valorizar e respeitar a linguagem como construção humana, histórica, social e cultural. A presente pesquisa tem como objetivo investigar como os conhecimentos sociolinguísticos podem ser um suporte para a ação docente, frente a prática pedagógica de trabalhar o multiletramento. A fim de compreender desde a formação docente até a prática em sala de aula, um questionário foi respondido por quatro professoras. Observou-se que é preciso uma valorização da sociolinguística maior desde a prática de formação docente até a realidade, com o intuito de os docentes gozarem das práticas do multiletramento para a sociolinguística e levar a realidade heterogênea linguística social para as escolas.

**Palavras-chave:** BNCC. Sociolinguística. Multiletramento.

### ABSTRACT

Besides ensuring reading and writing skill as a right to every individual, the Portuguese learning competences according to the Common National Curriculum Base (2018) determines should lead the student to understand, value and respect language as a cultural, social, historical, and human construct. The current research aims to investigate how sociolinguistic knowledge can be a support for teaching action, in relation to the pedagogical practice of working on multiliteracy. In order to understand starting at the exercise of the teacher's formation, along with the practice in the classroom, a questionnaire was answered by four teachers. It was observed the needed for a greater appreciation of sociolinguistics from the teacher's formation to reality, so teachers enjoy of practices of multiliteracy practices for sociolinguistics and take this heterogeneous reality of social linguistic to the schools.

**Keywords:** BNCC. Sociolinguistics. Multiliteracy.

## 1. INTRODUÇÃO

O domínio da habilidade oral e escrita da língua materna é um direito de todo e qualquer indivíduo, visando a garantia de socialização. A escola é uma instituição que garante este direito e tem como objetivo promover tais habilidades, concebendo, entre outros, os saberes linguísticos, que permeiam processo de aprendizagem de disciplinas, todavia tendo o foco principal no ensino de língua portuguesa.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento norteador curricular da aprendizagem vigente desde 2018 na educação. Comparando-o a outros conjuntos normativos, mas considerando-os em seu desenvolvimento e criação e levando em conta pesquisas e estudos educacionais, a BNCC (2018) expõe as aprendizagens primordiais que

devem estar presentes no ensino de todas as disciplinas da educação básica, baseando-se em competências e habilidades que os estudantes devem alcançar no seu processo de aprendizagem.

Para a área de linguagens da BNCC (2018), visando as seis competências destacadas, uma escola, principalmente por meio da ação docente, deve levar o aluno a compreender a linguagem como construção humana, histórica, social e cultural. Com isso, é preciso guiar o aluno a conhecer diferentes linguagens (verbal, corporal, visual, sonora e digital) como base em uma comunicação, troca de ideias e informações, além de utilizá-las para defender pontos de vista, mostrando respeito e garantia dos direitos humanos.

Por ser um dos componentes das áreas de linguagens e considerando outras diretrizes e parâmetros já existentes para a educação, a BNCC (2018) determina que sejam proporcionados aos estudantes a ampliação e garantia do letramento, definido como “[...] o desenvolvimento de comportamento e habilidades de uso competente de leitura e da escrita em práticas sociais [...]” (SOARES, 2021, p. 64), ou seja, nos contextos sociais e por meio das múltiplas linguagens. No entanto, a contemporaneidade ocupa-se de novos letramentos e “a BNCC procura contemplar a cultura digital, diferentes linguagens e diferentes letramentos, desde aqueles basicamente lineares, com baixo nível de hipertextualidade, até aqueles que envolvem a hipermídia” (BNCC, 2018, p. 70). A base da hipertextualidade e da hipermídia estão embasadas no multiletramento, definido como “a multiplicidade cultural das populações e a multiplicidade semiótica de constituição dos textos por meio dos quais ela se informa e se comunica” (ROJO; MOURA, 2012, p. 13).

Então, um dos principais argumentos da BNCC frente à proposta pedagógica linguística cultural aponta que

[...] é relevante no espaço escolar conhecer e valorizar as realidades nacionais e internacionais da diversidade linguística e analisar diferentes situações e atitudes humanas implicadas nos usos linguísticos, como o preconceito linguístico (BRASIL, 2018, p. 70).

A fim de teorizar as diversidades linguísticas, a sociolinguística considera a língua, o indivíduo, sua cultura e a sociedade em que vive, bem como todos os elementos que interagem no processo de comunicação. Esta ciência utiliza-se das variações linguísticas como teorização, do qual consideram a língua dentro de um determinado contexto, podendo ser analisada cientificamente diante das relações que ali se desdobram (MOLLICA; BRAGA, 2015).

Com isso, as considerações sociolinguísticas têm como objetivo colaborar para a quebra de barreiras contra o preconceito linguístico, que ainda é muito presente nas relações

sociais ao ponderar as variedades do português. A fim de romper tais barreiras, é fundamental que as abordagens sociolinguísticas estejam presentes na metodologia do ensino de língua portuguesa nas salas de aula, com a finalidade de abandonarem a ideia de um único português falado no Brasil (BAGNO, 2007).

A partir dessas reflexões, o intuito deste estudo é responder a seguinte questão: como os conhecimentos da sociolinguística podem ser um suporte para a ação docente, frente a prática pedagógica de trabalhar o multiletramento, tendo em vista a BNCC?

Considerando os conhecimentos oriundos da sociolinguística na didática do ensino de língua portuguesa frente ao multiletramento, o objetivo dessa pesquisa é mostrar que a sociolinguística é uma área do conhecimento muito importante para a atuação do pedagogo frente ao multiletramento, com suas facetas em sala de aula, possibilitando melhor reconhecimento da diversidade expressiva dentre os alunos para melhor abordar o letramento, respeitando as individualidades e propiciando melhor convívio social, livre do preconceito linguístico. Assim, pretende-se explorar o quanto a sociolinguística pode beneficiar-se do multiletramento no âmbito pedagógico; investigar o quanto os professores usufruem da cultura midiática para expor a língua em suas diversas variações em sala de aula e, por fim, buscar compreender como os estudos sociolinguísticos estiveram presentes na formação pedagógica dos docentes.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **Língua portuguesa e o ensino segundo a BNCC**

A língua portuguesa falada no Brasil é consequência da colonização portuguesa no território. Gomes (2015, p. 78) aponta que “Temos a língua portuguesa como uma entidade social que todos nós, brasileiros, adquirimos como falantes nativos e que a nós pertence, assim como nos pertence a identidade de sermos brasileiros.” Ponderando as variadas populações e culturas, Rodrigues (2016, p. 187) explica que “Embora a maioria dos brasileiros tenha a impressão de viver num país monolíngue, o Brasil é na verdade multilíngue: nele são aprendidas como línguas maternas cerca de 200 línguas”.

Ao refletir sobre o ensino de língua portuguesa, este é tanto pensado quanto, muitas vezes, aplicado baseado em regras, segundo a gramática normativa, podendo tornar tal aplicação ao aluno complexo. Para tal compreensão, é preciso analisar o percurso da língua segundo os documentos legislativos do país.

Antes de qualquer documento nacional de educação, a Constituição Federal de 88 declara o ensino um direito de todo e qualquer cidadão. O §2. do Art. 210, voltado à seção de

Educação, assegura-se que “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”. No entanto, é ressaltado que para os indígenas esse ato não deve ser diferente, embora devam ser respeitadas as línguas particulares de cada povo.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, é destacada a questão dos currículos desenvolvidos pelas escolas de toda a educação básica. No §1º do Art. 260 “Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil”. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) organiza o ensino de língua portuguesa na área de linguagens, da qual também contempla Língua materna, para populações indígenas, Língua estrangeira moderna, Arte e Educação Física.

Similar ao Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), a BNCC (2018) é desenvolvida com o intuito de nortear a elaboração e aplicação dos currículos nas escolas. Também parte da área de Linguagens, o componente curricular de Língua Portuguesa na BNCC (2018) foca em uma perspectiva enunciativo-discursiva da linguagem, proporcionando ao estudante a ampliação do letramento, colocando-o em situações que o faça participar de forma significativa e crítica em situações sociais, tendo em vista as diversas manifestações de linguagem, a fim de que possa gozar e respeitá-las (BRASIL, 2018, p. 67-68).

### **A aprendizagem da alfabetização e do letramento**

Para abranger o conceito de letramento, é importante compreender a sua origem na alfabetização. É comum a associação do termo *alfabetização* com o ensino de língua portuguesa, uma vez que a ideia de escrita e aprendizado das palavras está atrelado à raiz da disciplina, isto é, a língua materna. Como mencionado, desde a década de 80, o termo *alfabetização* é acompanhando de *letramento*, no entanto, é preciso saber distingui-los.

Segundo a LDB (1996), inicia-se o ensino de língua portuguesa na pré-escola, isto é, idade dos dois aos cinco anos. Jean Piaget (1896-1980), biólogo e psicólogo, estudou a evolução cognitiva do ser humano e seus estudos contribuem para o campo da educação. Em suma, de acordo com Palangana (2015), Piaget classifica o desenvolvimento cognitivo em estágios: o sensório-motor (do 0 aos 2 anos), o pré-operacional (dos 2 aos 7 anos), o operatório concreto (dos 7 aos 12 anos) e o operatório formal (dos 12 em diante). Na pré-escola, considera-se o estágio pré-operacional, caracterizado pelo “desenvolvimento da capacidade simbólica em suas diferentes formas: a linguagem, o jogo simbólico, a imitação postergada etc.” (PALANGANA, 2015, p. 29). A criança passa a compreender-se como um

ser próprio no mundo, e assim, as descobertas e explorações ganham mais sentido por meio do simbólico e dos estímulos. Ela não precisa mais do objeto concreto em sua mão para compreendê-lo como tal, pois já passa a entender a representação do simbólico. É a partir dessa maturação cerebral consideráveis da criança que é apropriado o início da alfabetização.

A principal função da alfabetização para um indivíduo é o aprendizado da leitura, escrita e habilidades de comunicação da língua materna. Assim, é o “processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita” (SOARES, 2021, p. 16). Isto é, a escrita é a representação de fonemas (sons) em grafemas (escrita), e vice-versa para a leitura, a transformação de grafemas em fonemas.

No entanto, de nada adiantaria o ser humano ler e escrever sem, de fato, compreender. As palavras, sejam elas lidas ou escritas, precisam ter um sentido para haver compreensão. Assim, Soares (2021) dá um segundo significado para a alfabetização como um processo de compreensão e expressão de significados. As palavras não são vazias, elas carregam um sentido para poder fazer sentido na comunicação, seja ela verbal ou escrita.

Entretanto, visto que o indivíduo adquiri a aquisição e a compreensão da leitura e da escrita, segundo Zen (2018), em meado dos anos 80 surge discussões sobre um “analfabetismo funcional”, do qual foi constatado que pessoas consideradas “alfabetizadas” possuíam pouco domínio de competências leitoras e escritas, ou seja, mesmo a habilidade de compreensão era considerada defasada tendo em vista as necessidades do mundo em que viviam, ponderando fatores sociais e do trabalho. Eram pessoas que não dominavam as funções da escrita alfabética, bem como aquelas com baixa escolarização. Este foi um fato que ocorreu no âmbito da educação e das ciências linguísticas não apenas no Brasil, mas em países como França (*illetterisme*) e em Portugal (literacia). Soares (2021) ainda destaca que, embora já fosse um termo que existisse nos Estados Unidos e na Inglaterra (*literacy*), foi também nessa época que as discussões se tornaram mais precisas nesses países.

A partir desse contexto, “ocorre o surgimento do termo letramento como uma forma de reconhecer as práticas discursivas mais amplas e diferenciá-las da apropriação do sistema de escrita” (ZEN, 2018, p. 214). Enquanto a alfabetização é o cerne da língua, o letramento apropria-se desse sistema e utiliza-o em contextos sociais, atentando-se para suas diferentes funções e possibilidades. Vai além de simplesmente colocar a língua em prática, é saber manejá-la de acordo com as necessidades dos contextos de fala ou utilização.

[...] é necessário reconhecer que a *alfabetização* – entendida como a aquisição do sistema convencional de escrita – distingue-se do *letramento* – entendido como desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente de leitura e da escrita em práticas sociais: distinguem-se tanto em relação aos objetivos de conhecimento quanto em relação aos processos cognitivos e linguísticos de aprendizagem e, portanto, também de ensino de diferentes objetos (SOARES, 2015, p. 64).

Embora sejam termos distintos, a alfabetização e o letramento são intrínsecos, isto é, para que o letramento aconteça é preciso que o processo de alfabetização tenha ocorrido, e mutuamente esta deve ser aplicada em contextos e práticas sociais de leitura e escrita.

Ainda que o processo de alfabetização e letramento da língua portuguesa sigam as normas curriculares nacionais, é importante refletir na heterogeneidade social brasileira, tendo em vista a questão linguística, escolarização, descendências, fatores econômicos, e a língua portuguesa que pode passar por alterações de acordo com o contexto.

### **A sociolinguística e seu percurso**

Para a linguística, a relação entre língua e indivíduo são fatores fundamentais. Ferdinand Saussure, considerado o pai da linguística, no início do século XX, teve o livro “Curso de linguística geral” desenvolvido por seus alunos Bally e Sechehay em 1916 a partir de suas teorias linguísticas. Saussure compreendia a linguagem como algo individual e social, além de considerar estável, sincrônica e homogênea. A fim de organizar os estudos linguísticos, o teórico expõe as dicotomias “língua vs. fala, sincronia vs. diacronia, significado vs. significante e sintagma vs. paradigma” (SALGADO, 2009, p. 94). Saussure classifica como língua aquilo que é social e fala o que é individual.

A língua, homogênea por natureza, é uma instituição social que pertence a todos os falantes de determinada comunidade linguística. A fala, de natureza heterogênea, é individual e imprevisível. Enquanto a língua é dotada de ordem e sistematização, a fala é irreduzível a uma pauta sistemática, pois os atos linguísticos não formam um sistema (GOMES, 2015, p. 77).

Dessa forma, com base nas propostas saussurianas

[...] é proposto que a língua seja estudada sincronicamente, fazendo um recorte do momento histórico e desconsiderando a ação do tempo para, só então, analisar sua estrutura. Para ele, esse estudo estruturalista não poderia ser feito no molde histórico-comparado, um estudo diacrônico até então realizado (SALGADO, 2009, p. 94).

Em contrapartida com Ferdinand Saussure, Bakhtin também compreende a língua como comunicação social, todavia questiona o autor de retirá-la o caráter ideológico, além de criticá-lo por considerá-la um sistema de regra (MACEDO, p. 3, 2009). Bakhtin considera que a língua evolui conforme um fenômeno histórico, negando um sistema abstrato de formas e as características individuais de um indivíduo. Ademais, em uma visão interacionista e estudando as relações de linguagem entre os indivíduos, Bakhtin considera as relações de

linguagem dialógicas. “As relações dialógicas de que ele se ocupou não são um diálogo face a face, mas as relações entre posições sociais.” (FIORIN, 2016, p. 18). Isto é, todas as comunicações são dialógicas, independente das circunstâncias, levando em conta também os enunciados.

Neles [os enunciados], existe uma dialogização interna da palavra, que é perpassada sempre pela palavra do outro, é sempre e inevitavelmente também a palavra do outro. Isso quer dizer que o enunciador, para constituir um discurso, leva em conta o discurso de outrem, que está presente no seu. Por isso, todo discurso é inevitavelmente ocupado, atravessado, pelo discurso alheio. O dialogismo são as relações de sentido que se estabelecem entre dois enunciados (FIORIN, 2015, p. 21-22).

Por sua vez, influenciado por Saussure, o linguista russo Roman Jakobson (1896-1982), desenvolveu seus estudos com enfoque nos aspectos funcionais da linguagem, com o intuito de compreender sua finalidade no meio, tendo em vista o falante e o ouvinte (BORIN, 2010). Ele, então, apresenta os fatores que permeiam a comunicação: remetente, mensagem, destinatário, contexto, código e contato. A partir desses fatores, Jakobson define as funções da linguagem em emotiva, conativa e referencial: emotiva ao expressar emoção, sentimentos, evidenciando, pelo próprio remetente, a real expressão daquilo que realmente está dizendo (WINCH; NASCIMENTO, 2012, p. 222); conativa quando tem o foco no destinatário, uma vez que “encontra sua expressão gramatical mais pura no vocativo e no imperativo” (JAKOBSON, 2010, p. 159); e referencial quando o remetente tem como objetivo explicar e contextualizar a mensagem ao destinatário.

Vale ressaltar que o linguista russo teve muita influência no ensino de Língua Portuguesa, tendo em vista os fatores e funções comunicativas, e passou a ser parte da organização de aspectos de ensino da disciplina, certamente em materiais didáticos.

Ao trilhar as principais abordagens de estudiosos linguistas a respeito da linguagem, foi importante perceber entre eles que há sempre uma relação da língua com o indivíduo por diferentes visões e abordagens e todas elas influenciam na teoria da sociolinguística.

Labov, em sua dissertação de mestrado realizada em 1963 nos Estados Unidos, estuda o inglês falado na ilha de Martha's Vineyard, baseando-se nas vertentes da sociolinguística, que são as variações. No local de estudo havia influência de cidadãos de origem de países europeus e habitantes nacionais americanos. Foi a partir daí que a teorização da sociolinguística foi ganhando reconhecimento nos estudos da língua. Dessa forma, para Labov “a língua não é prioridade do indivíduo, mas sim da comunidade” (ETTO; CARLOS, 2017, p. 18).

A sociolinguística não fica nem para trás e nem para frente em relação às demais concepções da linguagem, mas, de certa forma, ela abraça à todas, e vai além em seus estudos.

O objetivo central da Sociolinguística, como disciplina científica, é precisamente relacionar a *heterogeneidade linguística* com a *heterogeneidade social*. Língua e sociedade estão indissoluvelmente entrelaçadas, entremeadas, uma influenciando a outra, uma constituindo a outra. Para a sociolinguística, é impossível estudar a língua sem estudar, ao mesmo tempo, a sociedade em que essa língua é falada, assim como também outros estudiosos – sociólogos, antropólogos, psicólogos sociais etc. - já se convenceram que não dá para estudar a sociedade sem levar em conta as relações que os indivíduos e os grupos estabelecem entre si por meio da linguagem (BAGNO, 2007, p. 38).

Sendo assim, essa heterogeneidade linguística e social é definida como variação linguística. Todavia, embora contemple-se essa heterogeneidade e julga-se o quanto ela seja importante ser reconhecida no meio de comunicação, não se pode deixar de lado o fato de existir uma realidade linguística imposta baseada na norma-padrão, que, segundo Bagno (2007), é um efeito da língua que é vista como correta, um protótipo com o intuito de absorver os efeitos da variação. Então, ela existe no meio social, ela é parte de um comportamento linguístico que não deve ser desvalorizada, uma vez que passa a ser estudo linguístico.

Mas é preciso analisar o conceito de variação linguística que, segundo Bagno (2007), é a “espinha dorsal” da sociolinguística. É fato que ao pensar em um país, ou mesmo um estado, a variação está presente em todos os aspectos da língua: fonéticos, morfológicos, sintáticos, semânticos, lexicais, pragmáticos. No entanto, para realizar uma investigação, uma vez que se apoia na língua e no indivíduo, a sociolinguística necessita de outros fatores sociais para identificar a variação linguística, e se converte em uma terminologia específica para a sua compreensão, considerando sempre a comparação:

- variação diatópica: considera os modos de fala de diferentes lugares geográficos;
- variação diastrática: considera os modos de fala de diferentes classes sociais;
- variação diamésica: considera as diferenças da língua falada e a língua escrita;
- variação diacrônica: considera o tempo histórico refletido na mudança da língua;
- variação diafásica: considera o contexto do ato de fala do indivíduo.

Sendo assim, independente do contexto, sempre haverá comunicação entre os indivíduos, devido a essa funcionalidade da língua. E por desconhecimento desse discurso científico, dependendo do contexto do ato de comunicação pode haver estranheza de alguma parte e surge os pré-julgamentos a partir da fala, definidos até como erros. A partir dessa ciência, não se pode falar em erro linguístico, pois “se a língua é entendida como um sistema de sons e significados que se organizam sintaticamente para permitir a interação humana,

toda e qualquer manifestação linguística cumpre essa função plenamente” (BAGNO, p. 61, 2007). Ou seja, o erro está ligado a aspectos sociais e culturais, isto é, ideias resultantes de visões de mundo, que não é de interesse da linguística e uso como base todos os seus fatores para estudar a língua.

Diante da atual proposta de investigação, é necessário pensar na sociolinguística principalmente na pedagogia das variações linguísticas, e refletir isso dentro da sala de aula, uma vez que, com o intuito de quebrar barreiras do preconceito linguístico que nascem no senso comum, com o apontamento do erro do outro, é preciso tratar de assuntos que levam a esse caminho desde cedo na vida dos indivíduos.

A Língua Portuguesa, no Brasil, possui muitas variedades dialetais. Identificam-se geográfica e socialmente as pessoas pela forma como falam. Mas há muitos preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar: é muito comum se considerarem as variedades linguísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas (BRASIL, 1998, p. 26).

Este conhecimento declarado carrega um pedido à educação que ensinar que a língua vai muito além da gramática e explorar tudo que é da língua, evidenciando aos alunos as suas diferenças, entendido como variedades na visão sociolinguística.

Então, é necessário levar as diferenças estarem presentes em sala de aula, tendo em vista que isso faz parte do meio social. A escola deve trabalhar em sincronia com a sociedade, trazendo situações reais para que possam levar os alunos a refletirem, possuírem conhecimentos e consciência de situações que eles possam viver ao sair do ambiente escolar (THOMAZ; OLIVEIRA, 2009).

Dessa forma, diante desse cenário heterogêneo linguístico social, Horta (2016, p. 615) assume que “é preciso levar os professores, desde as séries iniciais, a não mais crer que o erro de português existe, substituindo essa visão pela investigação dos fenômenos de variação e mudança linguísticas de forma mais crítica e embasada cientificamente”.

As variações linguísticas podem ser consideradas a base para teorizar a diversidade linguística do meio social. No entanto, não é preciso partir de ideia de levar essa terminologia para o meio social, tampouco apresentar a teoria sociolinguística teorizada, mas fazê-la presente a partir da diversidade. É possível trabalhar com a interdisciplinaridade, mediando os alunos a lugares em áreas urbanas e rurais, o processo histórico de mudanças, contextos sociais, e evidenciar que, em tudo, a língua se faz presente.

Portanto, é preciso que isso faça parte da atribuição curricular da escola (BAGNO, 2007, p. 31), tendo em mente as metodologias pedagógicas necessárias para tal. Atualmente, ainda mais quando se reflete sobre os avanços tecnológicos, o professor pode ter como apoio

diversas ferramentas para evidenciar a diversidade linguística nos diversos contextos, isto é, podendo ter como suporte os fundamentos do multiletramento.

### **Multiletramento**

A partir dessas reflexões, surge a questionamento: como levar a sociolinguística para a sala de aula? A sociolinguística se faz presente no currículo das escolas? Há uma didática ou ferramentas necessárias para que isso ocorra?

Expostas as variações sociolinguísticas, compreende-se que há diferentes contextos de fala, perante diversas situações. Este entendimento remete às propriedades do letramento, visto como algo mais amplo que a alfabetização (TFOUNI; MONTE-SERRAT; MARTHA, 2013). Nesse sentido, as autoras ainda destacam que “colocamos uma concepção de letramento como fenômeno que pode atuar indiretamente, influenciando também culturas e pessoas que não dominam a escrita” (TFOUNI; MONTE-SERRAT; MARTHA, 2013, p. 27).

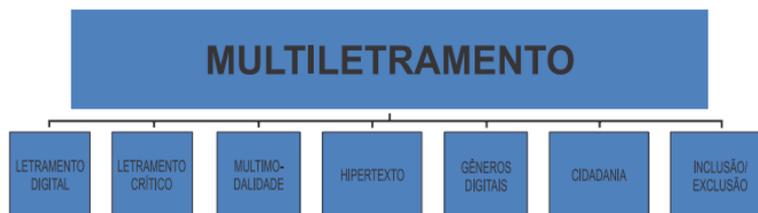
Desde então, a pedagogia do letramento possui um constante estudo, e foram necessário atualizações nesse campo, tendo em vista, principalmente, os diversos meios midiáticos que estão ao alcance das pessoas.

Com o avanço das TICs, foi em 1996, a partir do manifesto *A pedagogy of Multiliteracies - Designing Social Futures* que o Grupo de Nova Londres (GNL) viu a necessidade de implementar nas escolas novos letramentos, caracterizados como multimodal ou hipermidiático, com base na sociedade contemporânea, a globalização e a diversidade cultural presente nas escolas (ROJO; MOURA, 2012, p. 12), o que resulta na pedagogia do multiletramento.

Rojo e Moura (2012, p. 13) conceituam o multiletramento como “a multiplicidade cultural das populações e multiplicidade semiótica de constituição dos textos por meio dos quais ela se informa e se comunidade”. Percebe-se que a concepção de letramento se ampliou, uma vez que este é caracterizado pela pluralidade de práticas letradas. Isso ocorreu levando em consideração a diversidade linguística e cultural e as diferentes formas de textos existentes hoje.

[...] o crescimento da ênfase dada à diversidade linguística e cultural, o que significa que, em um mundo globalizado, precisamos negociar diferenças todos os dias, bem como a influência da linguagem das novas tecnologias. Elas requerem de seus usuários o domínio de novas linguagens para a construção de significados que, além da linguagem tipográfica (textos escritos), integra outros meios semióticos, como cores, sons, imagens, que são formas de usar a linguagem para a construção de sentidos necessários para agir no mundo social (BORBA; ARAGÃO, 2012, p. 232).

Esta pedagogia apoia-se na multiplicidade da linguagem, sendo semióticas e midiáticas da contemporaneidade. Borba e Aragão (2012) puderam demonstrar essa ideia, considerando o multiletramento como um guarda-chuva e toda a sua ramificação:



Fonte: Borba; Aragão (2012).

A partir do esquema sintetizado do multiletramento, entende-se que ser apto ao letramento digital é ter habilidades computacionais e conhecimento das linguagens digitais. Ora, ao pensar nas escolas, é urgente que os alunos tenham conhecimentos tecnológicos com disciplinas de tecnologias e inovação.

O letramento crítico “objetiva conscientizar o aluno de seu papel ativo na construção e reconstrução de sentidos, de modo que eles reflitam seus propósitos e perspectivas” (TAGATA, 2017, p. 388). O docente tem como objetivo mediar o aluno para que ele seja ativo em seu processo de aprendizagem, sendo reflexivo e um sujeito de opinião.

Já o conceito de hipertexto é “a ideia de leitura e escrita não lineares em sistema de informática que permite ao usuário acessar portas virtuais que abrem trilhas para outras informações” (SEIBERT, 2012, p. 74). Isto é, não é preciso seguir a sequência de leitura que um texto está redigido, mas avançar a leitura conforme vai desenvolvendo as ideias necessárias.

Hoje, com a tecnologia, além dos gêneros textuais que é trabalhado em sala de aula com os alunos, quando o assunto é internet lida-se com diversos gêneros digitais, exemplificados pela a BNCC (2018) por blogues, mensagens instantâneas, e-mails, tweets etc. São gêneros pois cada qual há sua especificidade e suas características.

Segundo Borba e Aragão,

Os conceitos de inclusão e cidadania envolvem o desenvolvimento de habilidades que promovam a formação de participantes ativos na sociedade, com consciência crítica da heterogeneidade, da diversidade sociocultural e linguística e, necessidade premente, a formação para o letramento digital em razão dos crescentes avanços científicos e tecnológicos (2012, p. 234).

Por fim, a multimodalidade nada mais é que os diversos modos de comunicação, não sendo representado apenas pela escrita, mas por imagem, pela fala, gestos etc.

### 3. METODOLOGIA

Com o intuito de investigar a efetividade da sociolinguística como um apoio ao multiletramento educação contemporânea, foi realizada uma pesquisa explanatória com quatro professoras atuantes no ensino fundamental dos anos iniciais em instituições de ensino da capital de São Paulo. Formadas em pedagogia, elas possuem entre 28 e 50 anos de idade. Uma vez que o intuito fosse avaliar diferentes pontos de vistas docentes da prática sociolinguística, desde a formação superior à aplicação em sala de aula, a fim de compreender a realidade atual de ensino linguístico, por uma questão ética<sup>1</sup> não foi relevante identificar as professoras, tampouco expor o nome da instituição de ensino em que atuam, visto que não é o objetivo julgar as escolas, mas é, sobretudo, analisar a situação da linguística social na aprendizagem. Logo, na análise de dados as professoras são identificadas como 1, 2, 3 e 4.

A partir da fundamentação teórica, foi desenvolvida quatro perguntas e, ao fim do mês de julho/23, realizada uma comunicação via Whatsapp, por haver maior contato por esta plataforma, inquirindo-as se poderiam contribuir com seus conhecimentos e práticas pedagógicas. Diante de suas concordâncias em contribuir, foram-lhes enviadas por meio da plataforma de Formulário Google um pequeno texto narrando a ideia e o objetivo do estudo para que elas pudessem ter conhecimento do que seria realizado com suas considerações, seguido das perguntas. Entre três e sete dias foram recebidas as respostas de todas elas.

### 4. RESULTADO E DISCUSSÃO

**1ª pergunta** – Acredita-se que a prática de formação docente é a raiz da didática de todo professor. Dessa forma, a primeira questão de investigação foi procurar entender como foram os estudos sobre sociolinguística na formação das professoras:

Tabela 1 – A prática de formação docente

1- Tive pouquíssimas oportunidades de estudo com esse tema durante a graduação.
2- Estudei a sociolinguística dentro do componente curricular “Fundamentos para o Ensino de Língua Portuguesa”. Me recorde do foco apresentado pela professora, sobre a variação linguística e importância do respeito e da valorização dessas variações, além do combate ao preconceito linguístico.
3- Tive a sorte de ter uma professora superpreparada e doutora em Língua Portuguesa, por isso me foi apresentado um rico material sobre o assunto.
4- Durante a minha formação em si, não me recorde de ter aprofundado o tema.

Fonte: Questionário do Formulário do Google.

<sup>1</sup> Segundo a Resolução 510/16 da Área de Ciências Humanas e Sociais.  
<<https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:US:e961feae-5d20-4228-84fc-e748c6e3116d>>. Acesso em: 05 dez 2023.

As professoras 1 e 4 tiveram a disciplina na universidade, todavia foi algo superficial, não tendo a oportunidade de estudá-la a fundo e conhecer tudo o que abarca o assunto. Um fato infeliz, pois, de acordo com a trilha dessa pesquisa, é um fato o quanto é necessário ter a formação docente aprofundada, tendo em vista em um país tão heterogêneo quanto o Brasil.

Por outro lado, as professoras 2 e 3 mostraram por meio de suas palavras a feliz satisfação em terem trilhado o caminho dos estudos da sociolinguística, tendo o impulso de professoras. De fato, como destacado pela professora 2, quando a sociolinguística se justifica com as variações linguísticas, tendo o sujeito como sujeito social e de poder da língua, ela tem como um dos principais objetivos levar o indivíduo a respeitar o outro pela fala e combater o preconceito linguístico (BAGNO, 1999).

**2ª pergunta** – Embora foi manifestado a posição frente a importância de a sociolinguística estar presente em sala de aula, o presente objetivo foi indagar as professoras o quão relevante é, para elas, aplicar a sociolinguística em sala de aula:

Tabela 2 – A relevância da sociolinguística no aprendizado

1- De extrema importância quando lidamos com diferenças culturais e sociais em uma sala de aula, pois permite que o ambiente seja mais respeitoso, com valorização cultural, inclusivo.
2- Acredito que é bastante relevante, pois os alunos devem reconhecer que a língua é viva, que está sempre em mudanças e construção. Além disso, abordar a sociolinguística pode tornar propostas ainda mais significativas para os estudantes.
3- Temos que valorizar a riqueza da nossa língua e apresentar aos alunos as variações linguísticas existente em nosso país.
4- Tanto na minha formação pessoal quando profissional acredito que seja valioso o trabalho com este tema, até mesmo para contemplar tantas camadas existentes no Brasil. Aplicar a sociolinguística em sala de aula é ter à compreensão de que a língua é mutável, de que existe a questão da regionalidade. O ponto que quero chegar é sobre eliminar os preconceitos linguísticos existentes nas diferentes na sociedade. Um exemplo é o caso da escritora Carolina Maria de Jesus, que sofreu tantos preconceitos linguísticos por ser semianalfabeta, mulher preta e moradora de rua. No livro "Ao revés do avesso", Percival discute reflexões importantes sobre a literatura e a desigualdade social.

Fonte: Questionário do Formulário do Google.

Na primeira pergunta do formulário, vimos que as professoras 1 e 4 não tiveram oportunidade de se aprofundar no tema em suas formações docentes. No entanto, é muito satisfatório perceber suas noções positivas quanto a levar esse tema para a sala de aula.

Como bem destacado pela professora 1, não é apenas sobre falar da língua, mas sobre o sujeito que vive em uma sociedade heterogênea, independentemente do local onde habita, a fim de tornar uma sociedade inclusiva e livre de preconceitos, principalmente quando reflete-se as diferenças linguísticas do Brasil, pensado pelas professoras 2 e 4.

Uma vez que se trata de algo que pertence a alguém, no caso deste estudo, a língua, de fato ela é viva e está sempre sujeita a mudança, bem como coloca a professora 2. Essa mudança não é apenas da função do sistema linguístico, mas se vive-se em sociedade e, mesmo dentro dela em diversos contextos, essa mudança se justifica como um processo social, devido as relações políticas e ideológicas do nosso meio (BORIN, 2010).

A partir dessas considerações, a professora 4 se colocou, não apenas como professora e ponderou o conteúdo, mas como indivíduo social e destaca a importância de levar isso para a sala de aula. Além disso, muito relevante sua associação e reflexão de vida da escritora Carolina Maria de Jesus (1914-1977) e as provocações sociais destacadas por Percival em seu livro “Ao revés do avesso” (2015). Com base nisso, Bagno (2007, p. 82) afirma que o professor deve favorecer-se da escola para formar indivíduos conscientes da sociedade, das escalas de valores que cada um tem nas trocas por meio da linguagem.

**3ª pergunta** – Na primeira pergunta do formulário, foi visto dois opostos na prática de formação docentes. Sem embargo, é fato que um professor e uma escola devem sempre estar em contato com as inovações tanto pedagógicas, como atualizado dos conhecimentos de mundo. Sendo assim, era de interesse saber se a sociolinguística se faz presente no currículo na instituição de ensino em que elas lecionam, assim como sugere a BNCC (2018). Se positivo, houve o desejo em saber o quão relevante é isso e como acontece no cotidiano delas em sala de aula.

Tabela 3 – A sociolinguística no currículo escolar

1- Não tenho conhecimento
2- Não faz parte. Como trabalho com alfabetização, em diferentes momentos durante elaboração da escrita surgem ideias que propiciam discussão sobre a sociolinguística.
3- Com certeza, afinal trabalhamos vários gêneros textuais, bem como o regionalismo e mais recentemente as expressões tecnológicas.
4- Na escola onde eu trabalho não há uma preocupação em si em aplicar a sociolinguística e há pouca pesquisa neste ramo. Vejo que a coordenadora está atenta à oralidade, mas ainda não se faz necessário na instituição. No outro colégio em que eu trabalhava os planejamentos eram pautados em pesquisas com foco no estudo de Magda Soares. Reuniões semanais eram realizadas para discutir sobre multiletramento em sala de aula e como os planejamentos estavam sendo aplicados em turmas de 1º ao 3º ano.

Fonte: Questionário do Formulário do Google.

A argumentação da professora 1 deu-nos a entender que a questão da valorização da diversidade linguística pode não estar explícito nos planos curriculares da instituição de ensino, bem como algo limitado, ou seja, se ela aponta esse cenário percebemos que essa não é uma questão que a escola se importa em abraçar, tampouco há incentivo para levar tais discussões com os professores. Igualmente ocorre no contexto docente da professora 4,

todavia ela foi mais além destacando também a questão da pesquisa no âmbito que, não é enaltecido na atual instituição de ensino em que trabalho, porém dá o mérito à instituição que já trabalhou anteriormente, do qual apoiava-se a pesquisa e tinha um planejamento analisado e atrelado ao multiletramento, este que, entre suas características, carrega e multimodalidade, hipertexto, cidade e inclusão do indivíduo (BORBA; ARAGÃO, 2012). Além disso, pensando em uma investigação, Bagno (p. 196, 2007) afirma que “a pesquisa estimula o desenvolvimento da habilidade investigativa da intuição, da análise crítica, da interpretação, do questionamento dos conhecimentos cristalizados [...]”, ou seja, uma vez que a educação deve sempre estar atualizada a sociedade, uma instituição de ensino deve ser polo investigativo, tendo como estudo suas práticas, bem como a aprendizagem e pessoas dos alunos. Ou seja, é estar sempre aberta ao novo, seja num coletivo com grupos de professores, ou mesmo no individual da prática de cada um.

A professora 2 traz a mesma problemática. No entanto, é possível perceber em sua afirmação que ela toma a frete das decisões de seu planejamento e procura meios de aplicar esse contexto linguístico em suas aulas. Além disso, damos relevância ao fato de ela expor a sociolinguística em sua prática de alfabetização, uma vez que esta está atrelada à aprendizagem sistematizada da língua, todavia a criança está exposta aos heterogeneidade linguística na sociedade, então Barrera e Maluf (2004, p. 45) destacam a importância de o professor alfabetizador dominar os conhecimentos da sociolinguística, a fim de proporcionar uma aprendizagem efetiva, mas sem desconsiderar a língua espontânea.

A professora 3 chama a atenção ao oposto do que notou-se nas outras afirmações, ao afirmar que a sociolinguística está presente no currículo escolar, ao trabalhar gêneros textuais nas aulas, ou seja, principalmente nesses momentos é que ela dá espaço para a mostrar a língua em sua diversidade. Então, percebemos que a escola deve seguir as normas da BNCC (2018) e, conseqüentemente, a professora possui mais liberdade de expor a diversidade linguística aos seus alunos. O trabalho dos gêneros textuais com base em textos nacionais, e exclusivamente regionais é a própria valorização da sociolinguística.

**4ª pergunta** – Sendo nosso objetivo a investigação da sociolinguística como apoio ao multiletramento, era de interesse saber em como é possível pensar na sociolinguística a partir do multiletramento em sala de aula, mesmo, infelizmente, a sociolinguística não estando presente no currículo escolar:

Tabela 4 – A sociolinguística a partir do multiletramento

1- Acreditando que o multiletramento é proposto para uns inserir a todos na sociedade contemporânea, fazendo com que os estudantes estejam prontos para transitar pelas diversas
--

situações do mundo globalizado e tecnológico, a sociolinguística tem o papel importante de ser uma via de manifestação cultural e social, transcrevendo a história da comunidade.
2- O multiletramento, por si só, apresenta aos estudantes uma grande variação linguística. Sendo assim, a sociolinguística deve estar incorporada a ele, a fim de que os alunos respeitem e valorizem a língua em todas as suas dimensões e seus lugares.
3- A partir de agora, não há como pensar em ensinar a Língua Portuguesa sem incorporar a linguagem digital, que deve ser apresentada aos alunos de maneira natural, afinal todos conhecem alguma rede social.
4- Antes de iniciar as práticas de multiletramento e sociolinguística é fundamental que o professor esteja em constante formação. Entendo que há uma cobrança muito grande em ser professor generalista e dar conteúdos de matemática, ciências naturais, ciências humanas, português e ainda lidar diariamente com o social dos nossos alunos. Venho com a crítica sobre as formações adequadas para quem lida com o ensinar, pouco se fala sobre pesquisadores da língua e isso me preocupa muito quando me deparo com escolas de grande porte sem o olhar para a atualidade, sem a preocupação com o saber. Voltando ao foco, o planejamento deve ser elaborado com antecedência e com o foco na oralidade, para entenderem como a língua é influenciada por diferentes contextos sociais e culturais. Literaturas indígenas abre um grande leque de oportunidade para se discutir as influências linguísticas. Penso que podemos usar também vídeos no YouTube, pois é algo que desperta interesse. Fazer uma curadoria dos vídeos que podem enriquecer o conhecimento sobre as variações linguísticas.

Fonte: Questionário do Formulário do Google.

As professoras 1 e 2 possuem um comum pensamento a respeito da grandiosidade de manifestação de cultura e linguagem que o multiletramento já carrega por si só. De fato, o multiletramento segundo Rojo e Moura (2012, p. 22) é “no sentido da diversidade cultural de produção e circulação de textos ou no sentido da diversidade de linguagens que os constituem”. Então, concordam que a sociolinguística possa sempre se fazer presente, e reforçam-na como um auxílio em quebrar barreiras da exclusão social.

Ainda sobre o multiletramento, “são necessárias novas ferramentas – além da escrita manual papel, pena, lápis, caneta, giz e lousa) e imprensa (tipografia, imprensa) – de áudio, vídeo, tratamento de imagens, edição e diagramação” (ROJO; MOURA, 2012, p. 21). Por isso, a professora 3 destaca a cultura digital como principal ferramenta em sala de aula, e exclusivamente voltada à disciplina de Língua Portuguesa. Ora, é o trabalho com a utilização dos gêneros digitais que cada rede social pode oferecer.

Acreditamos ser necessária, mais uma vez, a reflexão da escassez em pesquisa voltada para campo da linguística levantada pela professora 4. Considerando a pesquisa linguística, Bagno (2007, p. 196) manifesta essa necessidade investigativa pelo fato de não ser possível escrever apenas uma gramática e gêneros textuais da língua. Ou seja, a língua é viva, é diversa e está em constante movimento, por isso o âmbito investigativo não deve ser estático, pelo contrário, deve haver sempre estudos que possam contribuir para as práticas dos professores. Por outro lado, Bagno (2007) ainda reforça “a autonomia da professora”

quando há uma investigação de sua parte, com base em seus alunos, no material didático apropriado, nas inúmeras fontes de informação etc., para que também possa ser compartilhado com todo um corpo docente.

Por fim, a professora ainda dá exemplos de ferramentas que se possa utilizar nesse multiletramento em sala de aula, para expor a diversidade cultural e social. Muito considerável, também, a menção de levar a literatura indígena para a sala de aula, deste povo que é alvo de tanta exclusão social, mas que é parte da formação do nosso povo. No entanto, cabe ao professor ser o mediador e levar para a sala de aula os conhecimentos indígenas atuais, considerando as mudanças realizadas pelo governo nacional ao criar o Ministério dos Povos Indígenas<sup>2</sup>, e dando mais valorização e visibilidade aos indígenas. No âmbito linguística, não podemos negar que levou um grande tempo para que isso acontecesse, mas em agosto de 2023 foi lançada a 1ª Constituição Nacional em língua indígena<sup>3</sup>. Ora, se eles são indivíduos do território brasileiro, eles devem fazer parte da aprendizagem e conhecimento de nossas crianças.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos documentos, leis e diretrizes educacionais nacionais, nenhum manifesta tão perceptível o dever de estar presente na educação brasileira o reconhecimento da diversidade linguística, conseqüentemente social e cultural, presente em nossa sociedade quanto a BNCC (2018). Ainda que se faça presente a exigência do respeito a diversidade linguística na LDB<sup>4</sup> e em alguns segmentos das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica<sup>5</sup>, A BNCC (2018) coloca como uma norma voltada a diversidade, a igualdade, na aprendizagem, que considera as singularidades levadas em conta, e a equidade, pontuando que cada aluno possui sua necessidade (BRASIL, 2018, p. 15).

A partir das análises, começando pela prática de formação dos professores, foi possível perceber que, embora o conteúdo sociolinguístico possa aparecer na disciplina de fundamentos do ensino de língua portuguesa, se não há um impulso e interesse por parte do docente do ensino superior levar os alunos a mergulharem no tema e conhecerem as características que o engloba, principalmente as variações linguísticas, este será apenas mais um conteúdo que a aluno passou por ele, mas sem, de fato dominá-lo e compreendê-lo. Ora, é uma questão que permeia cada um enquanto indivíduos sociais e que causa tanta

---

<sup>2</sup> <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br>

<sup>3</sup> <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/07/constituicao-nheengatu-web.pdf>

<sup>4</sup> Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021).

<sup>5</sup> Embora em alguns segmentos há o manifesto para que se valorize e inclua a sociolinguística nos currículos, foi possível perceber que na maioria das vezes em que isso é declarado faz menção a cultura indígena.

desigualdade e preconceito, que hoje está ainda mais evidente. Então, a necessidade de estudá-lo, tendo em vista que deve estar presente na formação de um docente, mais significativo será levá-lo para a sala de aula.

No entanto, também por esse fator da desvalorização da universidade, mas a partir de relatos de quem vive a educação no dia a dia, concluiu-se que aplicar a sociolinguística na sala de aula ainda não é uma tarefa do cotidiano de um professor da contemporaneidade, pelo fato da desvalorização estar na própria instituição de ensino. Se não está explícito no currículo escolar e acessível aos professores, se não há interesse em pesquisa da instituição de ensino, de certo a escola estará cada vez mais longe da realidade social e os alunos apoiados ao senso comum – este que gera o apontamento do certo e errado perante a opinião das pessoas e o preconceito linguístico – e pouco se apoiarão no que é científico.

Teorizando a questão de investigação de como os conhecimentos da sociolinguística podem ser um suporte para a ação docente, frente a prática pedagógica de trabalhar o multiletramento, foi possível identificar tanto estudando a sociolinguística, mas sobretudo no multiletramento, que a sociolinguística está interiorizada nele, uma vez que para a diversidade linguística estar presente em sala de aula, há a possibilidade de usufruir de hipertextos e hiperlinks, apoiando-se a cultura digital e fazendo-a gozar dos gêneros textuais, do qual é possível encontrar materiais de inúmeras culturas do Brasil. Com isso, o multiletramento carrega consigo a inclusão, ou seja, é dar voz as culturas, formando indivíduos conscientes da heterogeneidade que os permeiam.

Em suma, o multiletramento valoriza a sociolinguística e é uma metodologia necessária na contemporaneidade para promover os letramentos, leitores e sujeitos sociais adeptos e conscientes da pluralidade as línguas e as linguagens que nos circundam.

É preciso, então, maior engajamento e comprometimento das instituições de ensino em seguir as normas postas pela base da educação nacional, que se apoia a uma valorização linguística, para que, cientes do que a língua portuguesa contempla, se possa formar crianças, adolescentes, enfim, indivíduos que respeitem sua língua materna, sem menosprezar o próximo devido a sua fala, mas igualando-se a ele como sujeito social e vivendo com a heterogeneidade polida.

## 6. REFERÊNCIAS

BAGNO, M. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

\_\_\_\_\_. *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BARRERA, S. D.; MALUF, M. R. Variação linguística e alfabetização: um estudo com crianças da primeira série do ensino fundamental. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 8, n. 1, p. 35-46, 2004.

BORBA, M. S.; ARAGÃO, R. Multiletramentos: novos desafios e práticas de linguagem na formação de professores de inglês. *Polifonia*, Cuiabá, MT, v. 19, n. 25, p. 223-240, jan./jul. 2012.

BORIN, M. A. *Sociolinguística*. Universidade de Santa Maria. Letras/Português, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/16413>. Acesso em: 06 nov. 2022.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *LDB: lei nº 9394/96*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. *Parâmetros curriculares nacionais*. Língua Portuguesa. Ensino Fundamental: Ensino de primeira à quarta série, 1997.

ETTO, R. M.; CARLOS, V. G. Sociolinguística: o papel do social na língua. *Revista Anhanguera*, Goiânia, v. 18, n. 1, p. 15-24, jan./dez. 2017.

GOMES, M. L. C. *Metodologia do ensino de língua portuguesa*. 2. ed. Curitiba: Intersaberes, 2015.

JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. 22. ed. Tradução Izidoro Blikstein; José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2010.

HORTA, B. D. Sociolinguística em sala de aula: visão e postura docente ante as variedades desprestigiadas do português. *Palimpsesto*, n. 23, 2016.

MACEDO, W. K. L. *Por Saussure e Bakhtin: concepções sobre língua/linguagem*. Universidade Estadual de Santa Cruz, 2009.

MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 4. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

PALANGANA, I. C. *Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vigotski: a relevância do social*. 6. ed. São Paulo: Summus, 2015.

RODRIGUES, A. D. (2018). A originalidade das línguas indígenas brasileiras. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, v. 9, n. 1, p. 187-195. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/rbla.v9i1.19521>. Acesso em: 06 nov. 2022.

ROJO, R.; MOURA, E. *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SALGADO, S. S. Ciência Linguística: da origem saussureana ao percurso sociolinguístico. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 9, n. 100, p. 93-99, 2009. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/7110>>. Acesso em: 06 de nov. 2022.

SEIBERT, M. G. S. S. Hipertexto e formação de professores: dificuldades e perspectivas. *Caderno de aulas do LEA*, v. 1, n. 1, nov./2012.

SOARES, M. *Alfabetização e letramento*. 7. ed., 5ª impressão. São Paulo: Contexto, 2021.

TAGATA, W. M. Letramento crítico, ética e ensino de língua inglesa no século XXI: por um diálogo entre culturas. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 379-403, 2017.

TFOUNI, L. V.; MONTE-SERRAT, D. M.; MARTHA, D. J. B. A abordagem histórica do letramento: ecos da memória na atualidade. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 17, n. 32, p. 23-48, 1º sem./2013.

THOMAZ, L.; OLIVEIRA, R. C. *A educação e a formação do cidadão crítico, autônomo e participativo*. Paraná, 2009.

WINCH, P. G.; NASCIMENTO S. S. A teoria da comunicação de Jakobson: suas marcas no ensino de Língua Portuguesa. *Estudos da Língua(gem)*, v. 10, n. 2, p. 219-236, 2012.

ZEN, G. C. Reflexões sobre a concepção de alfabetização proposta pela BNCC. *Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos*, v. 6, 2018. Disponível em: <https://www.homologacao.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/article/view/5705>. Acesso em: 30 jul. 2023.

**Contatos:** [maisabelavn@gmail.com](mailto:maisabelavn@gmail.com) e [elida.nunes@mackenzie.br](mailto:elida.nunes@mackenzie.br)